



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº SOLENE X

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i>	Durval Amaral
<i>PTB</i>	Carlos Simões
<i>PFL</i>	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i>	Ademar Traiano
<i>PMDB</i>	Antonio Anibelli
<i>PPB</i>	Duílio Genari
<i>PT</i>	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i>	Neivo Beraldin
<i>PSL</i>	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i>	Chico Noroeste
<i>PPS</i>	Waldir Leite
<i>PSB</i>	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE EM
COMEMORAÇÃO AO
SESQUICENTENÁRIO DO ESTADO
DO PARANÁ
REALIZADA EM
29 DE AGOSTO DE 2003**

(sexta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão secretariada pelo senhor deputado Nelson Justus e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Dúflio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen, Waldir Leite e demais convidados.

A SRA. APRESENTADORA (Fernanda Stica)

Bom-dia!

Começa agora a Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, comemorativa aos 150 anos da sanção de Lei nº 704 da Assembleia Nacional, que criou o atual Estado do Paraná, à época com o nome de Província do Paraná.

O SR. APRESENTADOR (Tenente Manoel Neto)

Neste momento, ouviremos a Alvorada Festiva, executada pelos clarins da Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(Execução da Alvorada Festiva)

A SRA. APRESENTADORA (Fernanda Stica)

Chamamos para compor a mesa das autoridades:

Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Eurides Brandão; o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto

Requião; o Exmo. Sr. desembargador Munir Karam, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; o Exmo. Sr. Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, descendente do Imperador Dom Pedro II, que sancionou a lei que criou o Paraná; a Sra. Maria Teresa Gomes, procuradora geral de Justiça.

O SR. APRESENTADOR (Tenente Manoel Neto)

Chamamos, ainda, para compor a mesa de honra o Exmo. Sr. general de Divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar do Exército; o Exmo. Sr. comandante geral da Polícia Militar do Paraná, coronel David Antonio Pancotti; o Exmo. Sr. deputado Rafael Greca de Macedo, presidente da Comissão do Sesquicentenário do Paraná da Assembleia Legislativa; o Exmo. Sr. deputado Nelson Justus, 1º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; a Exma. Sra. deputada Cida Borghetti, 2ª secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; o Exmo. Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente do Movimento Pró Paraná.

A SRA. APRESENTADORA (Fernanda Stica)

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Eurides Brandão, fará a abertura da Sessão Solene alusiva aos 150 anos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião; Exmo. Sr. desembargador Munir Karam, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; o Exmo. Sr. Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança; Exmo. general de Divisão, Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar do Exército; Exma. Sra. Maria Teresa Gomes, procuradora geral da Justiça; Exmo. Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, presidente do Movimento Pró Paraná; Exmo. Sr. coronel David Antonio Pancotti, comandante Geral da Polícia Militar; Exmo. Sr. deputado Rafael Greca de Macedo, presidente da Comissão do Sesquicentenário do Paraná da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. deputado Nelson Justus, 1º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. deputada Cida Borghetti, 2ª secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; senhoras e senhores parlamentares; autoridades aqui presentes.

É com grande alegria que, ao dar por aberta esta Sessão Solene, faço cumprir, na condição de presidente do Poder Legislativo, a mais nobre das tradições desta Casa: a de ser o espaço, por excelência, para a melhor convivência democrática. De profundo significado histórico para esta Casa e os paranaenses nela representados, os 150 anos de nossa independência nos remetem a um passado de conquistas coletivas e apontam para a indagação permanente sobre nosso futuro. O trabalho dos Poderes que compõem o Estado, hoje aqui reunidos, é o de interpretar corretamente essa indagação.

O programa de eventos dos 150 anos do Paraná, cuja comissão vem sendo brilhantemente conduzida pelo deputado Rafael Greca, traz a marca da lembrança dos episódios que estão nas raízes de nossa formação. Estão presentes nas comemorações os princípios, no litoral de Paranaguá, e a chegada ao planalto curitibano; a descoberta do caminho dos Campos Gerais e o desbravamento dos sertões do Tibagi; o povoamento do Norte, do Oeste e do Sudoeste. Alinhamos, também, os fatos da luta pela emancipação, coroada pela sanção da Lei Imperial nº 704 - em 29 de agosto -, cujos 150 anos hoje festejamos, com a ilustre presença dos descendentes do imperador Pedro II.

Registramos, ainda, a participação do Paraná na consolidação republicana, com a heróica resistência da Lapa, fundamental para a construção da imagem sólida dos paranaenses de hoje. A história de nosso desenvolvimento, senhoras e senhores, é a própria história de nosso povo, obra coletiva de migrantes e imigrantes que aqui investiam o que de mais precioso possuíam: suas vidas.

Do rico mosaico que é a civilização das terras paranaenses, divisa-se com clareza o caráter de seu povo e seus melhores traços: o sotaque inconfundível da prosperidade e um gosto pelo trabalho e pelo fazer, raras vezes visto. E é isto que hoje começamos a celebrar! O Paraná de todas as gentes, de todas as crenças, de toda esperança, é o Paraná que tem como porto de partida a tradição, e como destino permanente, a vanguarda, porque somos hoje, 150 anos depois, gente de uma só terra!

Muito obrigado!

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

Teremos, neste momento, a entrada das bandeiras, conduzidas pelos cadetes da Polícia Militar do Paraná.

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Entram as bandeiras dos nove municípios que o Paraná possuía em 1853, quando foi emancipado de São Paulo: Paranaguá, berço da civilização do nosso território; Curitiba; São José dos Pinhais; Lapa, então chamada de Vila do Príncipe; Antonina; Morretes; Guaratuba; Castro e Guarapuava.

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

A representar o Paraná moderno, os territórios povoados depois do centenário, neste milagre de progresso e civilização que nos deu o café, a saga do Norte, do Oeste e do Sudoeste, entram as Bandeiras de: Londrina; Maringá; Foz do Iguaçu; Cascavel; Francisco Beltrão; e Pato Branco.

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Finalmente, as bandeiras históricas do Brasil Português, do Império Brasileiro e a sagrada bandeira do Paraná, com o glorioso Pavilhão Nacional.

Vamos receber, então, os símbolos da nossa terra e da nossa gente.

(Os cadetes entram com as bandeiras)

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

Neste momento, recebemos o manuscrito original da Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, que criou politicamente o Paraná, trazida pela primeira vez ao nosso Estado desde o Arquivo Nacional, onde conserva.

(Os cadetes entram carregando a lei e a depositam em uma mesa que está colocada no espaço à frente da mesa das autoridades ao som de “Pomp e Circunstância”, e uma estrofe do Hino do Paraná).

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Ouviremos agora, a leitura da Lei nº 704, pelo Exmo. Sr. Dom Pedro de Alcântara de Orleans de Bragança.

O SR. DOM PEDRO DE ALCÂNTARA DE ORLEANS DE BRAGANÇA

(Faz a leitura da Lei nº 704)

(Execução de trecho do Hino do Paraná)

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

Ouviremos as palavras do Exmo. Sr. desembargador Luiz Renato Pedroso, representando o Movimento Pró-Paraná, e falando em nome da sociedade civil.

O SR. DESEMBARGADOR (**Luiz Renato Pedroso**)
(Lê):

A Nação Paranaense e seu Sesquicentenário

“A história não é um simples quadro de acontecimentos: é mais, é o verbo feito livro” (Machado de Assis).

Distingüidas personalidades que ornamentam a Mesa de Honra; minhas senhoras e meus senhores:

Comete-me, o Movimento Pró-Paraná, por nímia generosidade de seu presidente, o ínclito paranaense e distingüido jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, a sublime missão de ser o seu porta-voz nesta admirável solenidade, comemorativa do Sesquicentenário do Paraná.

Quebra-se, hoje, uma quase tradição de muitos e muitos anos, mercê do justo espírito paranista de um extraordinário homem público, dirigente maior da Comissão do Poder Legislativo encarregada de tais festejos, o ilustrado deputado Rafael Greca de Macedo.

Sempre foi comemorada a Instalação da Província, ou seja, o 19 de dezembro, olvidando-se, por completo, o verdadeiro dia da Criação da Província, inobstante o Movimento Pró-Paraná, de dois anos a esta parte, hou-

vesse promovido modesta manifestação em praça pública, exatamente a 29 de agosto.

Agora, reunimo-nos, festivamente, de forma solene, para reverenciar a sanção imperial da Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, rendendo preito de saudosa gratidão ao inolvidável Imperador D. Pedro II, na presença de seus augustos descendentes.

Sentimo-nos honrados e desvanecidos em participar deste ato histórico, na verdadeira “Casa do Povo”, pulmão da democracia.

A invenção do Paraná:

Seja-me permitido, de início utilizar o título de livro de Wilson Martins, o festejado crítico literário, também renomado historiador, para, em rápidas palavras, emoldurar um pálido histórico do estatuto legal que nos presenteou com a Emancipação Política.

Escreve, com plena autoridade, o também historiador paranaense, David Carneiro, no seu opúsculo “História da Emancipação do Paraná”. “Na legislatura de 1853 entrou o projeto de elevação de Curitiba, à 5ª e depois à 10ª de São Paulo, em situação de aceitação ou rejeição definitiva. Já agora o ambiente se havia transformado. As tentativas de 1843 a 1850 haviam deixado os curitibanos em situação de luta que a irritação produzida pela longa espera havia determinado. Estavam todos dispostos a uma ação conjunta e tinham possibilidades latentes guardadas no coração. Desse meio era natural que surgisse alguém capaz de sacrifício, e de um sacrifício silencioso, desinteressado em proventos materiais, em posições e mesmo em glórias eventuais. Esse homem surgiu. Foi o admirável e nunca assás louvado Francisco de Paula e Silva Gomes”.

Mais adiante, registra: “Foi na sessão de 17 de agosto de 1853 que Cruz Machado mostrou o seu perfeito conhecimento da causa em debate: os limites, as condições e a situação intrínseca do atual Paraná. Debataram o projeto um catarinense, o deputado Livramento e dois paulistas: o conselheiro Nébias e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, todos contrários à separação e todos esmagados. Livramento discutiu os limites com a sua província, e os paulistas para combater diretamente o projeto e lastimar a mutilação de São Paulo. “Julgo, disse o conselheiro Nébias, que se entre nós ainda existissem os Andradas, os Paula Souza, os Feijó, essa medida não podia passar nesta Casa”.

Surgiu, então, a Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, com o seguinte teor:

“Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil:

- fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - A Comarca de Curitiba, na província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. - A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2º - A nova província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º - A Província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléia Geral; - Sua Assembléia provincial constará de vinte membros.

Art. 4º - O Governo fica autorizado para criar na mesma província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado, ao conhecimento da Assembléia Geral, para definitiva aprovação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário d’Estado dos Negócios do Império, a faça cumprir, publicar e correr. Dado no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império.

Imperador com rubrica e guarda
Francisco Gonçalves Martins.”

Conclue-se, portanto, que a grande data da Emancipação do Paraná foi e é 29 de agosto de 1853.

E, Wilson Martins, na obra já apontada, rende justa e merecida homenagem ao primeiro mandatário de nosso querido Estado, *in verbis*: “Nomeado presidente a 17 de setembro de 1853, Zacarias de Góes e Vasconcellos (1815 - 1877) que seria, posteriormente, um dos mais notáveis estadistas do Império (para lembrar o título de Joaquim Nabuco), criou, realmente, uma província, não no sentido administrativo puro e simples, mas como nação paranaense, instituindo-lhe identidade coletiva”.

Epílogo:

“A história não é um simples quadro de acontecimentos: é mais, é o verbo feito livro”.

Estamos fazendo, portanto, história!

Ergamos hosanas a todos quantos contribuíram para a criação, o desenvolvimento e o progresso na nação paranaense, os que aqui nasceram e todos que aqui vivem, brasileiros e das mais variadas etnias, entoando hino de louvor, na sensibilidade poética do Vate de Tamandaré - Harley Clóvis Stocchero:

‘Salve! Salve o Paraná
neste Sesquicentenário,
pois qual ele outro não há
pura ter tal corolário.
Salve! Salve! Nosso Estado,
que é orgulho do Brasil
pelos feitos do passado
do seu povo varonil’.

(Aplausos)

O SR. APRESENTADOR (Tenente Manoel Neto)

Com a palavra o Exmo. Sr. deputado Rafael Greca de Macedo, presidente da Comissão dos 150 anos do Paraná, da Assembléia Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente desta magna Assembléia, deputado Hermas Brandão; senhoras e senhores deputados; ilustre governador do Estado, Roberto Requião; senhor representante do Tribunal de Justiça, ilustre Dom Pedro de Alcântara de Órleans e Bragança e sua distingüida senhora Mará de Fátima, da ilustre Casa Paranaense Virmon Suplicy de Lacerda, com origens na cidade da Lapa, que tanto nos distingüem com sua presença fidalga e amiga; distingüidas autoridades militares e civis; senhores membros do Corpo Consular, a quem saúdo na presença do senhor Mário Trampete, cônsul da Itália; minhas senhoras e meus senhores paranaenses e telespectadores da TV Educativa; alunos dos colégios de Curitiba que, em várias representações estão nesta Assembléia.

(Lê):

“Aqui nos reunimos em abertura da grande comemoração dos 150 anos da criação política do nosso Estado.

Tenho a elevada honra de representar meus pares, desta Assembléia do povo do Paraná, na Comissão do Sesquicentenário, - e o faço, falando em nome de todos os deputados.

Celebramos a sanção imperial e a publicação da Lei 704 da Assembléia Nacional, através da qual o Imperador D. Pedro II fez saber aos seus súditos, em todo o Brasil, que a Comarca de Curitiba ficava elevada à Província do Império, desmembrada da Província de São Paulo. Tomava o nome de Província do Paraná, naquele dia 29 de agosto de 1853, exatamente há 150 anos.

O Paraná nascia com o autógrafo de Dom Pedro II, aquele que, em diferentes ocasiões, o historiador Pedro Calmon, o presidente Tancredo Neves, e o poeta Mário Quintana, definiram como “o mais íntegro e honrado dentre todos os governantes brasileiros”.

Dotado pelo Criador, com as terras mais férteis do mundo, com 21 tipos de clima que permitem as mais diversificadas culturas.

Coberto da exuberante mata proto-histórica das araucárias - vinda da pan-géia (de quando existiu a Terra toda), de antes da separação dos continentes. Pinheirais bordados de pés de imbuíia, erva-mate, arará, pitanga e canela nativa.

Nosso Paraná é banhado pelos rios, que em sinuosos caudais, irrigam e fertilizam todo seu território, com o espetáculo superlativo das Cataratas do Iguaçu, das Sete Quedas do Rio Paraná e do grande Salto do Rio São Francisco - ainda não revelado (nos sertões de Prudentópolis).

Com os mistérios geológicos da Serra do Mar, das cicatrizes do dias de dilúvio, tal a escarpa devoniana, Buraco do Padre, Furnas Vila Velha, escarpas de Jaguari-

aíva e seu raro cerrado, e os sedimentos de basalto que fazem o leito do nosso grande rio, ou as reservas de gás, petróleo e água subterrânea do aquífero Guarani, o Paraná tem uma das naturezas mais privilegiadas do mundo.

Não bastasse tudo isso - como disse ao começar - o Paraná teve por padrinho Dom Pedro II, o governante mais honesto do Brasil.

O Paraná nasceu com a marca da honradez e da dignidade. E mereceu uma população de semeadores, trabalhadora e forte. Abençoados sejam os paranaenses.

Porque sagrada é esta terra. E sagrados somos nós os seus filhos.

Narra-nos a tradição que os grandes da terra disputavam batiza a nova província. Quiseram chamá-la Província de Paranaguá.

Os de serra acima queriam que tomasse logo o nome da Comarca - e fosse a Província de Curitiba. O Visconde de Guarapuava queria emprestar-lhe seu título: - Fica bem Província de Guarapuava, orgulhoso, dizia.

Mas, narra ainda a tradição, que ouvi de meu avô, Manoel Valdomiro de Macedo, junto à lareira, os pinhões assando entre as brasas:

“- O imperador Dom Pedro II ergueu o semblante, fitou o horizonte, leu no mapa: Paranaguá, Paranapnema, Paraná...

Viu aqueles Paranas todos...

Filósofo, sabia que Paraná, em língua indígena quer dizer “água grande, imensidão, muita água...”

E desenhou-nos o nome e o rosto, dizendo:

Se chamará PARANÁ!

Imensidão,

Caudal

Grande destino

para gente forte

e grande história.

O Paraná não cabe na medida da mediocridade.

Abençoados sejam os paranaenses.

mas para chegar o dia da emancipação foi preciso que muita água corresse pelos nossos rios.

O povoamento do Paraná é tão antigo quanto o de São Vicente, Cananéia e São Paulo.

Nossas lavras de ouro nos “sertões de Paranaguá” são anteriores às de Minas Gerais.

A carta régia de 28 de setembro de 1532 criou a Capitania de Sant’Ana, desde a barra de Paranaguá para o sul, até onde fosse legítima a possessão portuguesa.

Estas terras foram doadas ao fidalgo Pero Lopes de Souza, a 21 de janeiro de 1535.

Há registros em Lisboa da entrada de Pedro Lobo Francisco Chaves no sertão do Paraná, pelo vale do rio Ribeira, com 80 homens, besteiros e espingardeiros, à cata de ouro e prata, entre 1520 e 1540. Foram trucidados pelos índios.

Mais sucesso teve Dom Alvaro Nuñez, dito Cabeza de Vaca, o adelantado espanhol que escreve um livro formidável, publicado em Sevilha em 1545. Ele

entra pelo Sertão do Rio Itapucu, entra nos Campos de Curitiba, vai pelos Campos Gerais, pelo Vale do Piquiri, entra no Vale do Iguaçu e, em um tonitroar espantoso, se lhe é revelada a grande Catarata e diz o seu relato: quis o governador que uma parte da tropa fosse por terra e a outra fosse por água e os que iam por água, tiveram que deter as canoas, tal era o barulho das águas que por ali se despencavam. E o governador chamou aquelas águas que se despencavam de Saltos de Santa Maria; e Iguaçu, diante do alumbramento do olhar europeu, pela primeira vez foi revelada ao mundo conhecido. Este Cabeza de Vaca batizou a nossa terra de Província de Vera, e era, então, o ano de 1541.

A Capitania de Paranaguá e a sua Casa de Fundição dão à nossa história foro de prioridade, importância, independência em relação aos paulistas. E de onde é que vem essa história de emancipação?

Tudo começou por uma escritura de venda e quitação, governador Roberto Requião, a 11 de setembro de 1711, quando o Marquês de Cascais, o herdeiro do Pedro Lopes de Souza, vendeu a sua Capitania de Paranaguá à Coroa Portuguesa pelo preço de 40.000 cruzados e mais 4.000 cruzados de luvas (já naquele tempo era essa coisa de vender as nossas coisas lá fora). Extinta, assim, a Capitania de Paranaguá, ela passa a integrar a Capitania de São Paulo como sua 2ª Comarca e o nosso atual território passou a depender de São Paulo. Essa dependência jurídica e administrativa de Piratininga começaria, com o tempo, a se agravar na forma de restrições comerciais do Porto de Paranaguá e ao comércio regional. E fomos nos tornando economia periférica, que só faz pouco deixamos de ser!

Só em 1806 Dom João VI dá um Alvará Régio para o primeiro engenho de erva-mate, do argentino Domingo Alzagarai, em Paranaguá. Um apelo da Câmara Municipal daquela Cidade Marinha ao Príncipe Dom João, em 6 de julho de 1811, pede que se reverta em favor da Comarca de Paranaguá as arrecadações fiscais e clama pela separação de São Paulo. É o primeiro grito, na história, pela nossa emancipação. Por isso, a bela Paranaguá de Nossa Senhora do Orvalho, porque isto quer dizer Nossa Senhora do Rocio, não é só o berço da nossa civilização, mas também dos nossos ideais de criação política.

Mas, a importância cultural desta Paranaguá da nossa primeira pintora Iria Correa, do nosso primeiro historiador Vieira dos Santos, do nosso primeiro poeta Fernando Amaro, não impede que a sede da Comarca venha para Curitiba, suba a Garganta do Itupava, os passos da serra. É que o caminho das tropas faz com que todo o comércio de mantas de charque entre o continente de São Pedro do Rio Grande e a grande Feira de Sorocaba, para alimentar os garimpos de ouro e as Minas Gerais, desloque a necessidade de se cobrar impostos por registro de tropas de gado aqui perto da Fazenda Rio Grande, perto do Portão e do Sítio Cercado. E assim é

que, a 12 de março de 1812, a Comarca é transferida para Curitiba.

Mas, no entanto, foi a 15 de julho de 1821 que Floriano Bento Viana, capitão de Milícias de Paranaguá, deu um outro grito precursor da Independência do Paraná - foi quando se jurava a Constituição do reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. O juiz de fora, Antonio de Azevedo Melo e Carvalho, havia vindo ao Paraná para tomar o juramento dos comarcões e ele não só repreendeu o capitão de Milícia, como o levou preso, humilhando-o perante o povo. O escritor Nascimento Júnior conta essa história, referindo à carta da matrona paranguara, Dona Córdula de França, que tudo assistiu de trás de uma janela da rua da praia, vendo tudo por espio, atrás de um postigo de algodão, porque naquele tempo a nossa gente era tão pobre que as casas das boas famílias não tinham vidraças, as janelas eram de ripas de pinho com postigos de algodão.

O exemplo e o ideal de Bento Viana, depois da proclamação da independência do Brasil, prosseguiria vivo em corações e mentes, como do rico tropeiro Paula Gomes, que pagou a propaganda da emancipação na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. E há de ser lembrado também o exemplo do coronel da Guarda Nacional, Correia Júnior, que na Revolução Liberal de 1842 armou e manteve às próprias custas um batalhão legalista e com isso ganhou a simpatia dos grandes do Império. E é esse quadro de acomodação do Império, quando o Rio Grande se levanta em armas contra Dom Pedro II e os mineiros e paulistas também, que fazem com que o Paraná ganhe plasma para a sua libertação política. O Barão de Monte Alegre, presidente de São Paulo, manda a Curitiba o parlamentar João da Silva Machado, que negocia a neutralidade da Comarca. O deputado Carneiro de Campos acaba, depois da pacificação de revolução Liberal, apresentando à Assembléia Nacional o projeto para a emancipação do Paraná, quando serenam os ânimos revolucionários. Protelado pelos processos de criação de uma província de Sapucaí, a ser desmembrada de Minas, província que nunca aconteceu, mas que foi apresentada na Assembléia pelos deputados paulistas para adiar o Paraná e também pelo processo de criação da Província do Amazonas, que foi criada antes do Paraná. E a 02 de agosto de 1853, onze anos depois da promessa, que o Paraná se materializa pela votação da lei que está sobre a mesa, exposta à nossa veneração.

Mas, São Paulo ainda se mobilizou, e a 17 de julho de 1952 foi votada uma Lei Provincial, que nos fez perder e transformou a 5ª Comarca de São Paulo em 10ª, e nos fez perder terrenos às margens do Rio Ribeira de Iguape. Perdemos também os sertões de Xiririca e de Cananéia e os horizontes verdes e azuis e os limites, ainda não definidos, da Serra da Virgem Maria, lá na fronteira com São Paulo. Devemos aos parlamentares Cruz Machado e Carneiro Leão a defesa eloqüente da nossa causa. Essa região da fronteira com São Paulo ainda hoje não nos pertence por completo e é o governa-

dor do Sesquicentenário quem está tomando a si a tarefa de fazer a estrada que vai ligar a Capital à Ribeira do Iguaçu, porque ainda hoje aqueles sertões vivem em atraso, pobreza e escuridão. A estrada do Sesquicentenário, - está fazendo Requião - é a última fronteira do Paraná e parece que, por uma ironia da história, esta a que precisa ser ligada, e esta, que neste ano a nós será ligada. Tão perto e tão longe de nós!

A leitura do documento original da história, mostra que a lei foi assinada por Pedro II, não a 29 de agosto, como dizem todos os nossos livros, mas ontem li a lei e vi que a data do autógrafo imperial é dia 26 de agosto. O dia 29 de agosto é a data da sua publicação, e assim peço desculpas, porque erreí por três dias a data da festa!

Dia 29 de agosto é a data da publicação da lei, os nossos historiadores nunca haviam lido a lei no original.

Por isso se recomenda, para os próximos 150, que todos os estudantes de História e os historiadores pesquisem sempre as fontes primárias da história. E que todos os governantes guardem os arquivos públicos, preservem os documentos originais, amem as bibliotecas e dêem verbas para a cultura neste país - tão avaro com tudo que vem da cultura, dos documentos, da História e da memória do povo.

(Lê):

E a 29 de agosto a lei é publicada.

A 1º de setembro chega a notícia a Curitiba. O presidente da Câmara Municipal, Francisco de Paula Guimarães, em sessão extraordinária, comunica o fato aos vereadores e convoca o povo a iluminar suas casas por três dias - em sinal de júbilo. Marca-se um solene *Te Deum* para o dia 4 de setembro, às dez da manhã na Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Vota-se uma verba para as despesas necessárias com o óleo de iluminação da Casa da Câmara e Cadeia.

Seria ali, a 19 de dezembro vindouro - a posse de Zacarias de Góes e Vasconcelos, o conselheiro imperial, designado para instalar a nova província, para alegria dos “saquaremas” e “luzias” - isto é, os “conservadores” e “liberais” - que era como o povo chamava os políticos de então.

Mas isto é o enredo da continuidade desta celebração que está apenas começando.

O Paraná principiou com 9 municípios: as cidades de Curitiba, Paranaguá, e as vilas de São José dos Pinhais, do Príncipe - Lapa, de Antonina, Morretes, de Guaratuba, Castro Guarapuava.

Tinha 62.258 habitantes. Hoje somos 399 municípios. E quase 10 milhões de habitantes.

Nossa mobilidade social se traduz na cara e na coroa destes medalhões. Por exemplo, na diversidade de origem entre o monarca governante Pedro II e o presidente metalúrgico - igualmente honrado - Luis Inácio Lula da Silva.

Abençoados sejam os brasileiros e os paranaenses. Abençoado seja o Brasil.”

Um último pensamento:

Quando o centenário do Paraná, o grande paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto fez erguer este Centro Cívico, o Teatro Guaíra, a Copel e a Biblioteca Pública, - primeira biblioteca grandiosa do Paraná. E fez erguer um gigante de pedra, que Curitiba chama de “Homen nu”. Um gigante de pedra olhando para o Oeste, e nos convidou a ocupar plenamente o território. Ele trouxe seu cronista Rubem Braga, do Rio de Janeiro, para andar de avião teco-teco pelas cidades novas do Norte. E Rubem Braga escreveu crônica admirável de como tudo se fazia tão depressa, tão rápido e tão novo nesse Paraná onde tudo parecia imediato.

Hoje a tarefa parece terminada. Ao governador Roberto Requião cumpre, no entanto, uma tarefa imensa. A tarefa de revogar a pobreza e a injustiça. A tarefa de completar a educação do povo.

O governador, por nossa sugestão, celebrará o Sesquicentenário completando o sistema estadual de bibliotecas. Faltam ainda 49 bibliotecas a serem feitas. Isso equivale a substituir ou arrebater o gigante do centenário com um anjo de luzes, lá no Oeste, lá no Paranapanema, lá no Iguaçu do Sudoeste, voltado sobre o território inteiro, apontando para a nossa gente, para as crianças que vão nascer e nos convidando à tarefa de nos conhecermos plenamente.

Afinal, não se pode amar aquilo que não se conhece.

No dizer de Bento Munhoz da Rocha Neto:

“É preciso que a gente nova do Paraná e a gente antiga do Paraná conheçam o Paraná. É preciso conhecer a história, o território, a memória, a identidade do Paraná”.

No dizer de Jó, o profeta:

“Somos aquilo que sabemos. Tanto mais soubermos, tanto mais conhecermos, tanto mais seremos. Conhecer o passado é o melhor projeto para o nosso futuro”.

Paraná, serás luzeiro no horizonte do porvir!

Viva o Paraná!

Muito obrigado!

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Convidamos o Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa; o Exmo. Sr. governador Roberto Requião; o Exmo. Sr. desembargador Munir Karam, representando o presidente do Tribunal de Justiça, para que façam o descerramento dos medalhões comemorativos aos 150 anos do Estado do Paraná, escultura de Ricardo Tood.

(**Autoridades conduzidas ao local**)

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

Os Exmos. Srs. Roberto Requião, governador do Estado do Paraná, deputado Hermas Eurides Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e o desembargador Munir Karam, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, receberão

das mãos do Exmo. Sr. deputado Rafael Greca de Macedo e da Exma. Sra. deputada Cida Borghetti as réplicas dos medalhões comemorativos. Os senhores deputados receberão as suas medalhas no Salão Nobre, após a cerimônia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do desembargador Munir Karam, solicito a presença da Dona Lúcia Helena, esposa do nosso presidente do Tribunal, para que receba a homenagem.

(**As autoridades recebem os medalhões ao som de Gralha Azul**)

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Neste momento, a Exma. Sra. Margarida Sansone de Macedo, a pedido de Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, viúva do saudoso governador do Centenário do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto e presidente de honra da Comissão do Sesquicentenário, fará a leitura de sua mensagem para esta abertura do Sesquicentenário do Paraná.

A SRA MARGARITA SANSONE DE MACEDO

Muito bom-dia a todos!

Desde o Rio de Janeiro, Dona Flora Munhoz da Rocha, que foi 1ª Dama do Estado do Centenário do Paraná, porque mulher do nosso governador, Bento Munhoz da Rocha, pediu-me, por amizade com a família com quem convivi e, aliás, onde apreendi a gostar de política, incumbiu-me ela de ler esta bela carta aos paranaenses.

Peço licença ao presidente da Assembléia Legislativa para fazê-lo e também saúdo todos os presentes nesta linda festa e saúdo todos os paranaenses, na pessoa de nosso estimado e querido governador Roberto Requião, e saúdo todos aqueles que vieram de longe, na pessoa de Dom Pedro de Alcântara, e também lembro aqueles nossos paranaenses que já se foram, ao recordar o nosso grande governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi grande e que foi nosso.

(**Lê**):

“Carta aos paranaenses pelo sesquicentenário, Flora Munhoz da Rocha.

Há cento e cinquenta anos, o nosso Paraná não passava de uma extensão de São Paulo, não ia além de passagem para o Sul do Brasil, quando carroças e boiadeiros transitavam livremente, abrindo caminhos por onde melhor lhes conviesse. Tímidas comunidades se aglomeravam aqui e ali, desinteressadas com o progresso da fértil região.

No ano de 1853, dia 29 de agosto, o Imperador Dom Pedro II assinava a lei que instituía, desmembrando de São Paulo, uma nova Província do Império, a Província do Paraná, e já a 19 de dezembro Zacarias de Góes e Vasconcelos a instalava, sendo seu primeiro governante. A definição dos limites com São Paulo foi tranqüila, mas

o mesmo não aconteceu com Santa Catarina e entraram em disputa ferrenha pela posse de 47 mil quilômetros quadrados de terras. Essa questão, denominada Guerra do Contestado, com combates e mortes se arrastava e só em outubro de 1916 e então presidente do Paraná, Afonso Camargo, experiente advogado, conseguiu a assinatura de um acordo, dividindo as terras cobiçadas. O Paraná tomou posse de seu quinhão, constituído de trinta atuais municípios.

Bem mais tarde, durante a ditadura Getúlio Vargas, outros cinquenta mil quilômetros quadrados nos foram arrebatados para a criação do território do Iguazu - perdemos então 1/3 de nossa terra, momentaneamente. Foi quando, em 1946, Bento Munhoz da Rocha Neto, eleito deputado federal tomou posse, e com determinação, obstinado e com o firme propósito de conseguir a restituição das nossas terras tão privilegiadas pela natureza com as Sete Quedas, as Cataratas, vegetação luxuriante e tudo mais, tanto discursou, debateu e convenceu, que o território foi abolido dos mapas do Brasil e retornou ao Paraná. As dezenas de governantes que sucederam Zacarias de Góes e Vasconcelos deram passos gigantes para que o Paraná, nesses 150 anos, se tornasse a potência que hoje é, com seus 399 municípios. A começar pela erva-mate, a madeira, o café, os portos de Paranaguá e Antonina e daí o salto para as universidades, os hospitais-modelo, avalanche da soja.

Posso mencionar (continua Flora) algumas realizações dos que me foram mais chegados: Caetano Munhoz da Rocha, meu sogro, por ser médico, voltou-se para a saúde e o social. Construiu o Leprosário em Piraquara, o Sanatório da Lapa, abrigo para idosos, orfanatos, o belo edifício da Escola Normal na Rua Emiliano Perneta, hoje Instituto de Educação.

Considero o mais importante feito de Afonso Camargo, a estrada de ferro que ligou o Norte do Paraná com a capital, Curitiba. O Banestado, recentemente privatizado, também foi por ele fundado.

Meu amado Bento Munhoz da Rocha Neto teve o privilégio de ser o governador do centenário. Durante seu governo a economia do Paraná foi duramente atingida pela adversidade. As mais fortes geadas da história destruíram os cafezais, a maior fonte de renda do nosso Estado.

(**Lê**):

“Bento Munhoz da Rocha Netto sobressaiu pelas construções do Centro Cívico, teatro, biblioteca, 100 postos de puericultura. Chamou imigrantes europeus a virem formar colônias: os alemães em Guarapuava fundaram a beleza que é Entre-Rios. Os holandeses, a Castrolândia. Russos, a colônia Witmarsum. Bento criou a Copel, objeto de tanta polêmica e discussão.

Gostaria de me referir a uma curiosidade, a uma inusitada coincidência, que passou despercebida pela mídia, no ano do centenário. Os três chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, eram bisnetos de Caetano José Munhoz: Bento, governador; Laertes Mun-

hoz, presidente da Assembléia Legislativa; José Munhoz de Mello, presidente do Tribunal de Justiça. E foi, justamente, o bisavô parnanguara, Caetano Munhoz, quem hospedou Zacarias de Góes e Vasconcelos, quando nomeado por D. Pedro II, desembarcou em Paranaguá, para assumir seu posto de primeiro governante da Província.

Revendo fotos do centenário, espanto-me: a maioria dos participantes dos eventos festivos já partiu para a eternidade. Há fotos em que, de sobrevivente, só eu. É quando me dou conta da brevidade da vida. As fotos me levam em viagem para o longínquo 19 de dezembro de 1953. O amanhecer festivo, os sinos repicando, alegres salvas de tiros, banda de música precedendo o contínuo desfile do Exército, Marinha, Aeronáutica, os pracinhas, dezenas de escolas e etnias passavam sob aplausos e chuva de papel picado. A inauguração do obelisco na Praça 19 de Dezembro. As idas e vindas para receber e acomodar os convidados que chegavam de todo o Brasil para a solenidade da noite.

As fotos levam-me em viagem, sobretudo para o esplendor daquela noite. A recepção oficial presidida pelo chefe maior, Getúlio Vargas. Seus ministros, governantes, embaixadores, D. Pedro de Orleans e Bragança. dezenas de personalidades ilustres.

A seguir o banquete de gala, terminando pelo grande baile, quando as austeras negras casacas, contrastavam com o arco-íris dos vestidos cintilantes. Danças prolongaram-se até quando a mansidão da madrugada, esgueirando-se pelas janelas, leu seu silencioso toque de recolher.

O próximo dia 19 de dezembro está chegando. Chegará festivo para brindarmos com ele os 150 anos de nossa emancipação política.

Desde o Rio, agosto de 2003”.

O SR. APRESENTADOR (**Tenente Manoel Neto**)

Convidamos o Exmo. Sr. governador Roberto Requião para descerrar o retrato de seu primeiro antecessor, o presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos; o presidente desta Assembléia, para inaugurar o retrato de seu antecessor, o primeiro presidente da Assembléia Provincial, deputado Joaquim José Pinto Bandeira, o príncipe Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança para descerrar o retrato de seu augusto tataravô, o imperador Dom Pedro II, e o Exmo. Sr. comandante geral da Polícia Militar do Paraná, coronel David Antonio Pancotti, para inaugurar o retrato do capitão de milícias de Paranaguá, Floriano Bento Viana, que, já em 1821, bradou a emancipação de São Paulo, de forma heróica e pioneira.

As telas foram pintadas pela artista paranaense Marieta Lopes, para a pinacoteca desta Assembléia Legislativa.

(O descerramento se dá ao som da música Gralha Azul)

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

Com a palavra o Exmo. Sr. desembargador Munir Karam, representando o presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. DESEMBARGADOR MUNIR KARAM

Senhor deputado Hermas Brandão, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa e desta Sessão Solene; senhor governador do Estado, Roberto Requião; demais autoridades já nominadas e que compõem a Mesa; senhores deputados; minhas senhoras e meus senhores.

(Lê):

“Coube-me a honra de trazer a V. Exas. a mensagem do desembargador Oto Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça, em nome do Poder Judiciário, nesta Sessão Solene que inicia as comemorações do Sesquicentenário do Paraná.

Em seu centenário (1953), o Paraná era o Estado mais jovem do país, que aos olhos da Nação, aparecida como se fosse o novo Eldorado.

Para cá afluíram brasileiros de todas as regiões, nossos irmãos nordestinos, os mineiros frateros, os bravos gaúchos e catarinenses, os vizinhos paulistas.

Formávamos, no dizer de Munhoz da Rocha, um autêntico mosaico, Bento, como poucos, tinha a visão da grandeza do Paraná; soube governar para o futuro, e de tal sorte que nos faltava um espírito paranista mais forte.

É importante, pois, resgatar as raízes do nosso Estado, mostrar a grandeza dos seus construtores, a pujança do presente e a expectativa sempre marcante de um futuro promissor.

Não podemos esquecer a Guerra do Contestado, a Resistência da Lapa, a Revolução Constitucionalista, a brava campanha dos nossos heróis na II Guerra Mundial.

Não pretendo destacar nomes, para não cometer injustiças, mas o Paraná tem se destacado na arte, na cultura, na historiografia, no Direito, na política, na economia, nas ciências, na educação, na sua formidável produção econômica, que nos faz um exemplo para o Brasil! Até poucas décadas atrás, a malha rodoviária pavimentada sequer chegava a Ponta Grossa, éramos carentes de energia elétrica e de telecomunicações.

O progresso avançava com mais rapidez do que as possibilidades do Estado em levar a infra-estrutura necessária. Expandimos a nossa fronteira agrícola de forma extraordinária. Um Estado que possui uma generosa bacia hidrográfica e soube explorá-la. O Paraná cresceu e se consolidou em prazo relativamente curto.

Uma grande virada viria a ocorrer justamente a partir do nosso centenário.

O que estamos aqui festejando não é outra coisa senão aquela espécie de libertação que, ardentemente, desejam todos os povos quando compreendem que podem caminhar com as suas próprias pernas. Com exceção talvez do amor, nenhum sentimento é tão

cobiçado pelo ser humano quanto o sentimento da liberdade.

É interessante ressaltar que o Paraná conquistava a sua autonomia político-administrativa, mas continuava vinculado ao Judiciário paulista. E ela veio a ocorrer apenas em 1891, 38 anos após a emancipação política.

Na Sessão memorável de 1º de agosto de 1991, centenário do Tribunal de Justiça, o desembargador Jorge Andrigueto proferiu notável pronunciamento, destacando fatos importantes, apontando o inconformismo dos habitantes da terra com a primeira discriminação, pois continuávamos vinculados ao Judiciário paulista. Levamos décadas para termos um Tribunal Regional do Trabalho e ainda não conseguimos o Tribunal Regional Federal. A história se repete.

“Na justificativa ao monarca, dizia o nosso saudoso desembargador, declarava o ministro Manoel Antônio Duarte de Azevedo que, conquanto emancipada a 5ª Comarca, como província, necessário permanecesse a Justiça dependente da relação de São Paulo. É claro que a notícia desgostou os paranaenses, sacudindo os anseios de total libertação. Os movimentos para a instalação do Judiciário - segundo os cronistas - começaram em 1878. Passada a euforia da posse de Zacarias de Góes e Vasconcelos e de seus inúmeros sucessores, inquietam-se os líderes e as associações lítero-musicais, clamando por um Judiciário próprio, O reexame das sentenças e das questões da justiça da terra, pela relação de São Paulo, são demoradas e onerosas (...) Decisões, pareceres e arrazoados em linguagem amena, herança dulcificante do colonizador português, perdem-se mofados nos depósitos da Corte de São Paulo. ... Os manifestos e os arroubos concentram-se nos clubes, nos teatros, nos pontos de reunião que têm lugar nas boticas da época, frequentadas pelos notáveis da cidade. Era a Curitiba de 1878”.

A partir daí sucederam tantos outros fatos igualmente importantes para a completa consolidação da emancipação do nosso Estado.

Em 1891, dois anos após a Proclamação da República, atendendo aos reclamos dos brilhantes advogados Generoso Marques e Vicente Machado, a Assembléia Constituinte do Paraná promulgou, em 12 de junho de 1891, a Lei nº 3, que autorizava o presidente do Estado a organizar provisoriamente todos os serviços públicos, notadamente, o Poder Judiciário. Três dias após, pelo Decreto nº1, minuciosamente elaborado, o presidente Generoso Marques criou toda a Justiça do Paraná, incluindo o Ministério Público.

Vencia, assim, o povo paranaense, mais uma batalha na renhida luta pela sua libertação.

Outras lutas virão, porque sempre haverá preconceitos e discriminações a combater e novas espécies de liberdade a conquistar.

Se pudesse parafrasear as palavras do poeta, gostaria de concluir fazendo uma ode ao Paraná, o meu Estado e o Estado de tantas gentes!

Paraná!

Em cada sopro de aurora
Na água do mar, nos navios
Na serra demente
Escrevo teu nome

Até na espuma das nuvens
No suor das tempestades
Na chuva insípida espessa
Escrevo teu nome

Na lâmpada que se acende
Na lâmpada que se apaga
Em nossas casas reunidas
Escrevo teu nome

E ao poder de uma palavra
Recomeço a minha vida
Paraná, nasci para te conhecer, te amar e te servir.
Muito Obrigado!

O SR. APRESENTADOR (Tenente Manoel Neto)

Pedimos a gentileza de todos os presentes, da imprensa e de nossos convidados, para que não utilizem “flash” em suas máquinas fotográficas para fotografar a Lei nº 704, aqui exposta. Ela está sendo protegida por uma equipe da Polícia Militar, além de uma curadora designada pela Arquivo Nacional.

Portanto, solicitamos a colaboração de todos e temos à mesa, junto com o deputado Rafael Greca, uma réplica.

O SR. RAFAEL GRECA

Será distribuída uma reprodução para todas as pessoas pelo serviço gráfico da Assembléia.

O SR. APRESENTADOR (Tenente Manoel Neto)

Muito obrigado!

Neste momento histórico, falará o Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO

No baú da História, o deputado Rafael Greca, na sua brilhante intervenção, foi buscar os deliciosos termos com que, no império, se designavam os portugueses nascidos em Portugal e os no Brasil nascidos. Luzias e Saquarema.

No mesmo baú da História retira o historiador Oliveira Viana, o conceito popular, a visão que os brasileiros da época tinham sobre esse portugueses que disputavam o poder. “Nada mais se parece a uma Luzia, dizia o povo na época, que um Saquarema no poder.”

Que nesses 150 anos de criação da província do Paraná, ao menos aqui, na nossa terra, um governo Saquarema não se transforme num poder Luzia.

O dia da assinatura do decreto do Imperador é 26, mas o formalismo jurídico determina que se comemore a data no dia da publicação.

Portanto, Rafael, hoje, 29 de agosto de 2003, comemoramos os 150 anos de assinatura do decreto do imperador D. Pedro II, criando a Província do Paraná.

(Lê):

“Era o sinete imperial chancelando o longo processo de luta dos paranaenses pela emancipação. Deixávamos de ser mero apêndice da Província de São Paulo para ocuparmos o nosso lugar no mapa do Brasil.

Na verdade, já há muito tempo éramos paranaenses, tínhamos a nossa própria identidade, a nossa história, o nosso rosto, a nossa forma de ser e agir. Falta-tava tão somente o reconhecimento legal, formal, o que acontece naquele dia 29 de agosto de 1853, com a assinatura do ato imperial.

Queríamos a nossa emancipação, queríamos ver reconhecida a nossa condição de paranaenses, porque nada tínhamos em comum com a Província de São Paulo. E não falo apenas das dessemelhanças de índole, de formação, da diversidade de espírito. Falo mesmo da distância física, dos tantos obstáculos que a geografia interpunha entre nós e o povo de Piratininga.

O atrelamento a São Paulo era a vinculação ao atraso, à estagnação, porque seus governantes poucos se importavam com o que acontecia abaixo de Itararé. A não ser, evidentemente, os coletores de impostos.

Transformando em Província, com seu próprio mapa sulcado no território brasileiro, o Paraná inicia o registro de uma história que vai colocá-lo entre os primeiros do Brasil. Na constelação da bandeira nacional, somos uma das estrelas mais brilhantes.

Toda vez que falo de meu Estado, de minha terra, vem-me instantaneamente à memória dois discursos sobre a Pátria: o de Olavo Bilac e o de Rui Barbosa.

Convocado para ser o orador de uma homenagem ao barão do Rio Branco, pelas tantas vitórias do diplomata nas disputas de limites com os nossos vizinhos, o parnasiano Bilac deixa de lado o estilo inventivo, ornamental e fala-nos de uma Pátria real e diz que a ama porque a conhece, “nas suas virtudes, nos seus sofrimentos, até nos seus desvarios momentâneos e nos seus erros passageiros”. Diz que a ama porque conhece o seu povo, uma raça de homens e mulheres “que nunca a deixaram permanecer num erro ou numa injustiça”.

Vê-la forte, portentosa, bela e opulenta. mas diz que não a amaria somente pela sua força e pelos seus triunfos, “se ela fosse a mais forte das pátrias, e se seus triunfos fossem conquistados pela inquietude brutal, exercida sobre a fraqueza das outras”.

Já Rui Barbosa, no célebre discurso de formatura no liceu do Colégio Anchieta, de Friburgo, proclama que “a Pátria não é ninguém: são todos; e cada um tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação”. Que a Pátria “não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei e da liberdade”.

E insiste. “os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acovardam, mas resistem, mas ensinam, mas se esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo”.

O Paraná que eu amo, que se formou ao longo desses 150 anos, é igualmente um Paraná real, com contornos e definições nítidos. Com virtudes e defeitos, que também viveu desvarios momentâneos, e erros passageiros. Mas que sempre se empenhou no resgate de erros. Que tem como característica distintiva avançar, superar limites, pôr-se entre os primeiros.

Um Paraná que é como o rio que batiza, forte, impetuoso.

Um Paraná que é como a terra que o rio fertiliza, generosa, acolhedora.

Um Paraná que é como o povo que o habita, trabalhador, criativo, empreendedor.

Como a Bilac, também a mim, o que me toca, são as nossas virtudes, sabendo que elas suplantam os erros, mas que os erros também fazem parte de nossa vida.

De Rui Barbosa apreendo o sentido do coletivo. Repetindo-o: o Paraná, somos todos. O Paraná não é uma idéia vaga, contornos em um mapa, limites, fronteiras, um acidente geográfico.

O Paraná, somos todos. Homens e mulheres que aqui moram, têm suas raízes, trabalham, sonham, buscam incessantemente uma vida mais segura, confortável, feliz.

O Paraná, somos todos. Somos aqueles que, investidos pelo voto, pela decisão popular, de um mandato, buscamos fazer com que os que aqui vivem tenham uma vida mais segura, confortável, feliz. Por que o Paraná é, sobretudo, pessoas. E elas devem ser a medida de todas as nossas ações, o começo, o meio e o fim, o sentido primeiro e último de um governo, de um Parlamento.

É um Paraná assim que o meu governo busca construir, em sua ação diária. São 150 anos de um Paraná emancipado. Mas não temos ainda um Paraná pronto e acabado. Há tanto por fazer. Mesmo porque, em vez da construção, em vez do avanço, aqui e na República, vivemos anos, quase uma década de uma aventura que não deu certo. O descaminho neoliberal, contraponto da Pátria imaginada por Bilac e Rui.

Discordo, no entanto, daqueles que, conformistas, presos a um determinismo quase que cínico, dizem que é assim mesmo. Que a história do homem sobre a terra mais é que a repetição do trabalho de Sísifo, o eterno recomeço, para todo o sempre, inacabada tarefa da construção.

Se não tomamos o problema pela sua raiz, se não examinamos a causa e ficamos preocupados tão somente com o efeito, se, enfim, não optarmos pela mudança em vez da conservação, aí sim, Sísifo triunfa.

É essa a marca que nós, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário devemos imprimir a esses 150 anos, a marca da mudança. As nossas ações, todas elas, por

menores que sejam, devem indicar esse compromisso. Afinal, não acredito que qualquer um entre nós se conforme, considere justa e acertada a realidade em que vivemos.

Depois de 150 anos, depois do trabalho incessante dos fundadores, de todos aqueles que, de todas as partes do mundo, para cá vieram, para construir sua vida, uma nova vida, depois de tantos sacrifícios, de tanto empenho, alguns dados, as frias mas reveladoras estatísticas, chocam pela crueldade da informação.

Hoje, século e meio depois do ato imperial criando o Paraná, hoje, depois que todas as fronteiras do Estado foram desbravadas e conquistadas, hoje, depois que semeamos tantas cidades, hoje, exatamente hoje, vemos que mais de dois milhões de paranaenses vivem abaixo do que se convencionou chamar de “linha da pobreza”, isto é, sobrevivem - sabe lá Deus como - com menos da metade de um salário mínimo, para prover alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário.

Nesses 150 anos, é para esses nossos irmãos que devemos dirigir nosso olhar, e nossas ações.

É o pacto que proponho ao Legislativo, ao Executivo, aos nossos empresários, aos nossos sindicatos, associações de classe.

O pacto da solidariedade, da fraternidade. A união de todos os esforços, de todas as forças para remir os paranaenses que hoje estão à margem, à margem da vida, à margem da história.

A melhor homenagem que podemos fazer aos nossos maiores, aos construtores da emancipação paranaense, às tantas e ilustres figuras do nosso passado, àqueles cujos feitos heróicos reverenciamos, é fazer de nossos irmãos e irmãs à margem também atores, protagonistas dos próximos capítulos de nossa história.

Uma terra tão generosa, de homens e mulheres tão francos, sinceros, fraternais não há de querer deixar de lado os seus irmãos mais pobres. Uma terra tão acolhedora que recebeu com tantos abraços e boas-vindas os imigrantes, não há de querer rejeitar aqueles que o modelo excludente, por tão longo tempo praticado, colocou de lado, nos desvios da vida.

Foi pensando assim, defendendo essas idéias, tendo a inclusão social como um dos pilares do meu programa de governo, que fui eleito pelos paranaenses. E é assim que governo.

Um governo só tem sentido, o poder público só tem sentido, o serviço público só tem sentido, se dirigido aos que mais precisam. Resgatá-los da sub-habitação em que vivem, do subemprego em que se marginalizam, do analfabetismo em que se confundem, da violência que partilham, da sub renda que os põem à margem do con-

sumo, dos bens de consumo. É isso que conta. Essa a nossa tarefa. É assim que devemos governar.

E a primeira de todas as ações. A mãe de todas as ações é aquela que se dirige à criação de empregos, ao aumento da renda, ao poder de adquirir. É o emprego que batiza, crisma, unge, fazendo do homem, cidadão pleno, integral, completo. O emprego é o passaporte para a inclusão, para a admissão na cidadania.

É esta a reflexão que eu gostaria de partilhar na abertura das comemorações da sesquicentenário da fundação do nosso Paraná. E a melhor homenagem, repito, que podemos fazer a todos aqueles que ao longo desses 150 anos construíram o nosso Estado, é o pacto, é o compromisso de fazer todos os paranaenses atores, protagonistas da nossa história.

Que o Paraná seja como o rio que o batiza, forte, impetuoso.

Que o Paraná seja como a terra que o rio fertiliza, generosa acolhedora.

Que o Paraná seja como o povo que o habita, trabalhador, solidário, fraternal”.

A SRA. APRESENTADORA (**Fernanda Stica**)

E agora, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Eurides Brandão, fará o encerramento desta Sessão Solene.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Paranaenses e distinguidas autoridades, ao encerrarmos esta Sessão Solene, na magna data em que comemoramos os 150 anos da Lei que criou politicamente o nosso Estado dentro da Federação brasileira, cumprimos exortá-los a alegria de celebrarmos esse sesquicentenário, na esperança e na grandeza do melhor destino para este escolhido rincão da Nação Brasileira. De hoje até 19 de dezembro de 2003 e até 12 de julho de 2004, quando vamos comemorar os 150 anos desta Assembléia Legislativa, toda a “gente” do Paraná é convidada a refletir sobre a história, para sonhar com o escolhido futuro. Assim queira Deus!

Nessa esperança, convido a todos a entoar, com os corais presentes, o Hino do Paraná, na poesia de Domingos Nascimento e a música do imortal Maestro Bento Mussurunga, após o que estará encerrada a presente Sessão Solene.

(**É Cantado o Hino do Paraná**)

Levanta-se a Sessão.